

“A preta forra Nagô Ursulina e a alforria de sua filha Luisa: escravidão, relações familiares e liberdade em Pelotas (1830-1888)”

NATÁLIA GARCIA PINTO¹

Aos vinte de maio do ano de mil oitocentos e quarenta e oito, o pequeno crioulinho Rafael, de quatro anos de idade, foi alforriado por seu senhor, Pedro Machado Marques. O escravinho teve a sua liberdade paga pelo seu pai, o pardo David. A quantia desembolsada foi de duzentos mil réis. Na carta está registrado que o ato da libertação do crioulinho Rafael, deveu-se a um ato de caridade, pois o

pardo de nome David, que queria libertar como seu filho, concorri para este fim por ser ato de caridade, cujo David foi pedir dinheiro ao senhor Bernardo Pereira da Veiga, o qual mandou dar pelo senhor João Rodrigues Saraiva.²

A situação comentada acima evidencia um dos possíveis caminhos trilhados pelos cativos em busca de livrarem-se das correntes que os aprisionavam ao cativeiro. Familiares estiveram presentes no projeto pela libertação de seus familiares e parceiros de nação, comprando com seus próprios recursos ou com a assistência da solidariedade dos parentes, ou com o socorro de terceiros que adiantavam o montante necessário para o pagamento do papel da liberdade. É de se sugerir que o pardo David, pai do crioulinho Rafael não tivesse o pecúlio suficiente para retirar seu filho da condição de cativo tendo que recorrer ao adiantamento oferecido pelas mãos do senhor Bernardo Pereira Veiga. Nota-se que o senhor lança a dúvida a respeito da paternidade do pardo David em relação ao escravinho. O crioulo Rafael era filho da crioula Luísa, cativa do mesmo senhor Pedro Machado Marques, e do pardo David. De fato a ajuda de seu pai foi de extrema importância para que o pequeno Rafael deixasse de ser um cativo, como ainda era a sua mãe, a crioula Luísa e talvez o seu próprio pai ainda o fosse ou tivesse sido.

Histórias como essas constantemente são repetidas nos documentos empoeirados encontrados por nós. Esmiuçaremos de agora em diante mais dados a respeito dos escravos alforriados em Pelotas, em nosso período de investigação, e posteriormente

¹ Doutoranda do PPG de História da UFRGS. Bolsista CNPQ.

² A carta foi concedida em 20/05/1848 e registrada em 20/05/1848. Livro 04, fl. 33r. APERS.

analisarmos com mais vagar outras personagens na luta pela liberdade de seus familiares presos aos grilhões do cativeiro.

Essa investigação dedicar-se-á a analisar as relações familiares que entrelaçavam *parentes* e *aliados*, visando compreender as estratégias utilizadas pelos cativos para alforriarem-se a si ou um familiar consanguíneo ou um parente de nação. Supomos em nossa análise que as estratégias combinadas em busca da liberdade não resultavam de esforços individuais, mais sim de um projeto amplo de cunho coletivo, englobando mães, pais, amásios, cônjuges e quem sabe, um parentesco mais extenso ligado por uma identidade e afinidades étnicas. Nesse intuito, empreenderemos o esforço de compreender como ocorreram os processos de libertação, em nosso período, em Pelotas e de como a ajuda de familiares e parentes foi substancial para o resgate de parceiros, aliados e semelhantes da servidão.

Obtendo a Carta de Liberdade

No período compreendido pela pesquisa, de 1830/1888, obteve-se um total de 3.406 cartas de alforrias para a cidade de Pelotas. Nosso trabalho foi poupado graças à iniciativa do Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS) que disponibilizou em sua página na internet o catálogo de alforrias de várias localidades do Estado do Rio Grande do Sul. Verificando a distribuição por décadas das alforrias, temos o seguinte quadro exposto:

A- Distribuição de Alforrias por décadas na cidade de Pelotas/RS, 1830/1888

Período	Quantidade	%
1830-1840	50	1,5
1841-1850	238	7,0
1851-1860	355	10,4
1861-1870	517	15,2
1871-1880	835	24,5
1881-1888	1.411	41,4
Total	3.406	100

Fonte: Catálogo Seletivo de Cartas de Alforrias Volume I e II. Tabelionatos de Pelotas e Rio Grande de 1830/1888. APERS.

É visível pelos dados demonstrados, que após 1880 se concentram quase 42% dos escravos alforriados. Conforme notado, percebemos que os senhores foram mais redutíveis em dar a alforria a seus cativos, na década de 1830/1840, em Pelotas.

Importante frisarmos que essa totalidade de manumissões pode não corresponder à totalidade das cartas, uma vez que podem ter sub-registros, por serem alicerçadas apenas em acordos orais. Diante disso, devemos relativizar os dados que dispomos.

Como dito anteriormente, encontramos um cômputo de 3.406 cartas de alforrias dirigidas a 4.376 cativos, sendo 2.090 mulheres e 2.286 homens.

B- Distribuição por sexo entre os escravos Alforriados em Pelotas/RS, 1830/1888

Período	Pelotas			
	Feminino		Masculino	
	Nº	%	Nº	%
1830/1840	28	56,00	22	44,00
1841/1850	145	58,70	102	41,30
1851/1860	218	54,09	185	45,91
1861/1870	295	55,24	239	44,76
1871/1880	492	57,08	370	42,92
1881/1888	912	40,00	1.368	60,00
TOTAL	2.090	47,76	2.286	52,24

Fonte: *Catálogo Seletivo de Cartas de Alforrias Volume I e II. Tabelionatos de Pelotas e Rio Grande de 1830/1888. APERS.*

Como percebemos acima, em todos os períodos temos um número maior de mulheres sendo alforriadas, sendo que em 1861/1870 esta diferença cai para apenas 3,44 %, provavelmente em função das necessidades de recrutamento (e de apresentação de substitutos) da Guerra do Paraguai (1865/1870).

Neste ponto, a pesquisa vem corroborar o que muito já se têm salientado na historiografia brasileira acerca do tema, pois “realmente, uma das poucas unanimidades entre os historiadores é a de ter sido a mulher privilegiada no acesso à manumissão, apesar de ser menos numerosa na população escrava” (FARIA, 2004: 111). Moreira sintetiza a seguinte explicação ao encontrar as cativas sendo beneficiadas com as cartas de alforria de que:

ao libertar-se uma mulher alforriava-se o seu ventre – dali em diante as crias que tivesse não mais pertenceriam ao senhor. Sabedores disso, os senhores optavam em alforriar mulheres que já haviam gerado filhos escravos e que não mais estavam em idade de reprodução (MOREIRA, 2007: 375).

C- Tipos de Alforrias em Pelotas/RS, 1830/1888

	Pagas	Condicionais	SOC	Outras	Total
Quantidade	1070	1909	1238	159	4.376
%	24,45	43,62	28,29	3,64	100

Fonte: *Catálogo Seletivo de Cartas de Alforrias Volume I e II. Tabelionatos de Pelotas e Rio Grande de 1830/1850. APERS.*

Conforme observado, destaca-se a predominância de alforrias condicionais, seguidas pelas sem ônus e as pagas. Impressionante a expressividade das cartas que foram compradas pelos cativos, as quais tiveram o total de 1.070, perfazendo 24,45% dos dados coletados na pesquisa. Para que o pagamento fosse realizado, era necessário que o cativo dispusesse de um pecúlio, de uma poupança de economias juntadas com familiares, companheiros de trabalho, amásios para que o projeto da compra da liberdade tivesse sucesso nas margens negociadas com o seu senhor. Às vezes o cativo amalhava recursos próprios e comprava outro cativo (da mesma etnia ou não) para colocá-lo em seu lugar no cativo. Em alguns casos, como verificamos, ao pagarem pelas cartas, os escravos contraíam uma dívida com um terceiro (liberto ou livre), ao pedirem dinheiro a estes para a libertação, podendo até retornar à escravidão, caso não efetuassem o pagamento da dívida com os credores forros. A maioria dos pagamentos foi feito em espécie, não sendo estranho o pagamento feito com outro escravo.

D- Variações da Tipologia das Alforrias Compradas pelos escravos em Pelotas/RS, 1830/1888

Tipologia	Total	% do total
Pagas	1.070	100
Pagas pelo Escravo	913	85,33
Pagas por Familiares	72	6,73
Pagas por Terceiros	85	7,94

Fonte: *Catálogo Seletivo de Cartas de Alforrias Volume I e II. Tabelionatos de Pelotas e Rio Grande de 1830/1850. APERS.*

De acordo com a análise empreendida até aqui, verifica-se a predominância das alforrias pagas pelos cativos, tendo um percentual de 85,33% das compradas com os recursos próprios dos sujeitos analisados. Notemos que as cartas pagas pelos familiares apresentaram um índice pouco expressivo, em torno de 6,73%, seguida das compradas por terceiros, que obtiveram 7,94% dos resultados averiguados. Mesmo com poucos dados sobre a compra da carta de liberdade realizada pelos *parentes* dos escravos, de

qualquer forma, isso não invalida a possibilidade da participação dos mesmos no resgate *dos familiares* presos ao cativo. Percebemos que 85,33% das cartas foram pagas com recursos próprios dos cativos. É possível que nestas também esteja mesclado além do esforço empreendido pelo escravo (dinheiro acumulado em pecúlio, aluguel ou ganho do trabalho), o peso da força da ajuda de familiares, amealhando recursos, ou quem sabe a ajuda de uma comunidade étnica (parentesco “extenso”). Aos senhores não importava muito de onde provinha o dinheiro, apenas recebê-lo, por isso muitos não registraram a real proveniência desses capitais.

Encontramos o esforço de mães, pais, avôs, irmãos, madrinhas e padrinhos auxiliando seus parentes na compra da carta de manumissão. Mesmo que a margem de familiares comprando a liberdade de parentes fosse pequena, cabe aqui a astúcia do historiador de realizar o cruzamento com outras fontes para tentar captar as relações familiares em que os escravos alforriados estavam inseridos, pois nem sempre tal situação nos é dada pronta nos registros cartorários. Convido os leitores a conhecer a história de outras personagens e sua luta contra as amarras do cativo.

A história da família da Cassange Clementina é um exemplo disto. Essa mulher africana tinha dois filhos tidos como *naturais* aos olhos da igreja católica: o *pardo* Agostinho³ e o *crioulo* Francisco.⁴ A africana vivia com suas crias na casa de seu senhor, o forro Simão Vergara e sua esposa, a forra Teresa Vieira da Cunha.⁵ No ano de 1835 foi aberto um inquérito policial, em que o forro Simão Vergara, constava como um dos réus no processo, tendo a idade de quarenta e dois anos, casado e natural de

³ A respeito do pardo Agostinho não temos mais informações. Supomos que ele não tenha vingado como acontecera com seu irmão Francisco, uma vez que para o período da pesquisa, constatamos um elevado índice de mortalidade. Examinado os registros de óbitos não apuramos o seu falecimento, podem também ter sido negociado pelo proprietário de sua mãe. Ver MOREIRA & PINTO, 2011:122-125; MOREIRA & PINTO, 2010: 886-899.

⁴ O pardo Agostinho foi batizado no dia 10/10/1835, nascido no dia vinte e cinco de agosto do mês ano. Os padrinhos foram: João Inácio e Tereza. Livro 02 de Batismos de Escravos da Catedral de São Francisco de Paula, fl. 9. O irmão de Agostinho, o crioulo Francisco, recebeu os santos óleos no dia 18/02/1838, nascido no dia 06/01 do mesmo ano. Teve como padrinhos espirituais: Pedro José e Catarina. Livro 02 de Batismo de Escravos da Catedral São Francisco de Paula, fl. 23. ACDP. Não sabemos a condição jurídica dos padrinhos dos filhos da africana Clementina, pois nos registros dos batismos apenas constam os pré-nomes dos indivíduos, impossibilitando uma informação correta a respeito da possibilidade de serem ou não cativos.

⁵ Além de serem proprietários de uma taverna há mais de 12 anos nas imediações da cidade de Pelotas, o preto forro, Simão Vergara, alugava casas ou quartos para outros negros libertos.

Angola e Congo. O forro Simão Vergara estava arrolado como um dos réus no processo crime devido a venda de pólvora aos insurretos do quilombo de Manuel Padeiro. O dono da família da africana Clementina foi a julgamento e condenado a quinze anos de prisão pela solidariedade ofertada ao grupo quilombola de Padeiro (GOMES, 2006; REIS & GOMES, 1996). Passado um tempo após a prisão de seu esposo, a forra Tereza Vieira da Cunha concedeu a liberdade ao filho caçula de sua escrava, a Cassange Clementina. O alforriado foi o *crioulo* Francisco, com quatro anos de idade, libertado mediante o pagamento feito por sua mãe, de “4 doblas que são 51\$200 mil réis, e em atenção aos bons serviços de sua mãe”⁶. A senhora passou a carta em razão da ausência de seu marido, “e por haver me em circunstâncias de precisão”.

Supostamente a astúcia da agência da mãe africana, Clementina estivesse presente nesse momento das negociações em prol da libertação do caçula da família, uma vez que sua senhora não estava passando por momentos fáceis, devido à prisão do marido. Talvez os negócios no armazém não estivessem rendendo dinheiro suficiente para o seu sustento. Sabendo do que se passava na casa da sinhá forra Teresa Vieira da Cunha e guardando algum pecúlio amealhado com seu trabalho, ou com a ajuda de terceiros, e além de ser uma cativa obediente aos serviços prestados a sua senhora, a Cassange Clementina conseguiu livrar o crioulo Francisco do cativo. Sete anos transcorridos, mais um membro dessa família é libertado por Teresa Vieira da Cunha. Novamente a africana Clementina paga por uma alforria, dessa vez a sua própria, ofertando a sua proprietária a quantia de quinhentos mil réis.⁷ Observamos que os projetos de liberdade foram tramados pelo grupo familiar, encabeçado pela mãe africana aproveitando os percalços da vida de seus senhores.

É provável que o suporte oferecido por essa mãe não esteja apenas calcado no suporte material (o dinheiro para adquirir a alforria), mas também no conforto diário oferecido por ela, para que o projeto de viverem em liberdade se tornasse real. É possível que a Cassange Clementina tivesse a ajuda do amásio e de outros parentes para a consumação do projeto. Não queremos, conforme pontua Paiva, “cometer exageros ao

⁶ A carta foi concedida em 18/09/1842 e registrada em 11/09/1843. Livro 15, fl. 15v. APERS.

⁷ A carta foi concedida em 22/01/1849 e registrada em 23/01/1849. Livro 03, fl. 47v. APERS.

empreender esta abordagem matrifocal, ignorando a presença do pai junto às famílias escravas ou libertas. Porém, a falta de informações sobre os pais negros é facilmente constatada na documentação em geral” (PAIVA, 2009: 132).

Por sua vez, a pequena mulatinha, Iria, com nove meses de idade, propriedade de José Jorge dos Reis, foi agraciada com a liberdade pela sua avó, que também era sua madrinha. A carta foi concedida mediante o pagamento de 132\$ patações.⁸ Notamos que o esforço para comprar uma alforria de um parente não se limitava as primeiras gerações familiares (MOREIRA, 2003: 274-275).

Na tentativa de abordar, com maior profundidade, aspectos importantes da luta de familiares para retirarem parentes dos auspícios do cativo, analisaremos trajetórias de vida, pretendendo esmiuçar e compreender os casos, utilizando do arcabouço-teórico da micro-história. Ao reduzirmos o nosso campo de observação (redução na escala), podemos analisar o nosso problema da relação entre a norma e a prática, pois como acentua Revel, “variar a objetiva não significa apenas aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, significa modificar sua forma e sua trama” (REVEL, 1998: 20).

Deste modo, o método proposto pela micro-história permite-nos abordar e compreender os aspectos da vida dos sujeitos que ora analisamos escravos e libertos, no tramado do parentesco, na sociabilidade nas irmandades, na vida precária como egressos da escravidão dentro das estruturas hierárquicas do mundo escravista de antanho.

Não é certo que conseguiremos reconstituir com exatidão todos os passos da trajetória da vida dos indivíduos analisados. Lidamos com *fragmentos, resquícios* na documentação sobre eles. Por isso, com a redução na escala talvez seja possível conhecer aspectos importantes das experiências vivenciadas em liberdade e nos projetos de libertarem seus familiares do cativo.

***A preta forra Ursulina:
alforria, liberdade e o resgate de parentes do cativo***

⁸ A carta foi registrada em 22/07/1857. Livro (8, p. 2). APERS.

No ano de 1857 foi aberto o testamento da preta forra Nagô Ursulina.⁹ Conhecemos a nossa personagem e protagonista já de longa data, pois em 1849 ela conseguiu alforriar-se de Joaquim José Guimarães, pagando a importância de trezentos mil réis por sua liberdade.¹⁰

A Nagô Ursulina declarou ser nascida na costa da mina, sendo batizada na Bahia de todos os santos e não recordava de seus pais. Essa mulher afro-ocidental percorreu longos caminhos até definitivamente conseguir ser uma liberta. Não sabemos a sua idade, provavelmente fora arrancada do convívio de seu grupo familiar na costa da Mina muito cedo, trazida pelo tráfico negreiro até as terras da Bahia, onde se batizara como cristã. De certo que essa Nagô vivenciou várias vezes o estilhaçamento de suas relações de amizade e familiares. Laços foram rompidos na África e na Bahia, até o ponto final de sua partida, em Pelotas. Relações, sentimentos e experiências foram deixados para trás pelos caminhos percorridos enquanto cativa em terra brasilis. Supomos que a Nagô Ursulina fora vendida por seu senhor baiano para a Província do Rio Grande de São Pedro, mais especificamente para a cidade de Pelotas. Talvez a venda dela tenha acontecido num momento delicado em que se encontrava a província baiana, com a deflagração do levante dos malês (REIS, 2003).

Apesar das poucas evidências empíricas sobre a forra Nagô Ursulina, sabemos de concreto que ela conseguiu adquirir a sua alforria, comprando esta com o pecúlio de trabalho (ou com a ajuda de parceiros ou comunidade). Quem sabe arrecadasse dinheiro com seu trabalho de ganho pelas ruas de Pelotas, aproveitando-se da herança cultural da mercancia, característica de seu grupo de procedência (FARIA, 2004: 129). O grupo étnico da liberta Ursulina não era expressivamente significativo na população cativa pelotense, no entanto, foram os mais ativos dentro da comunidade negra, em Pelotas, no projeto de alforriarem-se na primeira metade dos anos oitocentos (SCHERER, 2008).

Além disso, essa egressa da escravidão amealhou um patrimônio significativo para manter a sua sobrevivência e de suas filhas. Possuía um escravo, o preto Marcelo, uma carroça e um cavalo. Nem todos os negros forros ascendiam socialmente após a

⁹ Testamento de Ursulina preta forra. Ano de 1857, Número 1670, Maço 86. Cartório de órfãos e Provedoria. APERS.

¹⁰ A carta foi concedida em 02/05/1849 e registrada em 03/05/1849. Livro 04, fl. 54r. APERS.

liberdade (GUEDES, 2008), a maioria deveria viver em uma margem de precariedade. Além da agência de seu trabalho para manter o sustento de sua família, a Nagô Ursulina, contava com os recursos provenientes das atividades exercidas pelo preto Marcelo, provavelmente carroceiro. A presença de negros forros como senhores de escravos não é mais desconhecida nas páginas da historiografia brasileira da escravidão (FURTADO, 2003: 143-144; REIS, 2008; REIS; GOMES; CARVALHO, 2010).

Procurando viver como uma mulher liberta no mundo hostil da sociedade escravista, a Nagô Ursulina tentou retirar do cativo a sua filha Luisa, que possivelmente poderia estar separa fisicamente de sua mãe, estando sob o poder de seu antigo proprietário, o capitão Joaquim José Guimarães. Conjecturamos a possibilidade dessa africana ter formado sua família, ao que tudo indica, matrifocal em Pelotas, ou quem sabe trouxera consigo da Bahia em seu colo ou no ventre, uma das meninas. A iminência da morte trazia a forte preocupação da luta para libertar Luisa. Não conseguindo fazer isso em vida, Ursulina estabelece que fique o seu cativo, o preto Marcelo encarregado dessa tarefa.

A Nagô Ursulina comprara o escravo Marcelo com a intenção de colocá-lo ao ganho nas ruas e arrecadar recursos financeiros para a subsistência de sua família, além de ser um recurso de ostentação e mobilidade social, pois ela se tornara uma senhora de escravo. Contudo, ao findar dos dias de sua vida, a liberta Nagô dando-se conta que a morte estava próxima e que não tinha conseguido livrar sua filha Luisa do jugo da escravidão, postula a artimanha de deixar a incumbência para o seu escravo de pagar pela liberdade da menina com os jornais que ganhava exercendo suas tarefas à clientela pelotense. Se o preto Marcelo cumprisse a meta estipulada pela sua senhora em seu testamento, poderia alcançar a condição de homem livre.

Não sabemos se de fato o preto Marcelo honrou uma das últimas vontades deixadas pela senhora Nagô Ursulina. Se houve ou não o resgate de Luisa do cativo. O fato possível encontrado em nossa investigação é que a mulher africana, mãe e proprietária de escravo, conseguiu deixar em liberdade a irmã de Luiza, a pequena Cipriana e menor de idade, legando a ela os seguintes bens: “declaro deixar a minha

filha Cipriana, liberta e de menor idade uma carretinha que possui e um cavalo puxador”.¹¹

Os projetos e esforços despendidos por essa mulher Nagô ao longo de sua trajetória como cativa e depois como liberta, demonstra a importância da constituição da *família escrava* como um recurso estratégico de resistência (PAIVA, 2009).

A formação da família escrava possibilitava aos indivíduos, além do conforto mútuo e da solidariedade remetida aos membros, a obtenção de recursos para o possível projeto de libertação dos familiares (PAIVA, 2001). Como vimos no caso da família da Nagô Ursulina, que mesmo estando na iminência da morte, tramou estratégias para que suas filhas não continuassem presas ao cativeiro, dimensionando a importância da constituição das relações familiares e da resistência a opressão do sistema que desumanizava e oprimia os escravos.

O preto forro Fabrício Teixeira de Magalhães e a vida em liberdade

No ano de 1839, o africano Mina Fabrício pagou “a maior parte de seu valor”, recebendo o papel de liberdade de seu proprietário, Antônio Teixeira de Magalhães, em retribuição aos bons serviços prestados durante o seu cativeiro.¹² O Mina Fabrício viveu por vinte e três anos como um egresso da escravidão, até a abertura de seu testamento. Ao longo desse espaço de tempo adquiriu uma casa de moradia na cidade do Rio Grande e uma escrava.

Nada sabemos da história da vida do Mina Fabrício enquanto esteve preso ao cativeiro. E do pouco do conhecimento de sua trajetória sob a condição de homem liberto, somos conhecedores costurados os fragmentos deixados em seu inventário. Declarou em seu solene testamento que era solteiro, não tendo filhos e que possuía: uma morada de casas de portas e janelas na dita cidade do Rio Grande e outra metade pertencente a preta forra Catarina de Jesus Mascarenhas, e uma escrava de nome Lucrécia de nação mina.¹³ Recorrendo a nossa *imaginação histórica*, a migração do liberto Mina Fabrício Teixeira Magalhães, pode relacionar-se à busca por amealhar mais

¹¹Testamento de Ursulina preta forra. Ano de 1857, Número 1670, Maço 86. Cartório de órfãos e Provedoria. APERS.

¹² A carta de alforria foi concedida em 10/12/1839 e registrada em 11/12/1839. Livro 12, fl. 91v. APERS.

¹³ Testamento de Fabrício Teixeira de Magalhães. Ano de 1862, Numero 1696, Maço 86. Cartório de Órfãos e Provedoria de Pelotas. APERS.

dinheiro trabalhando ao ganho ou ao aluguel nas ruas de Rio Grande. Talvez essa empreitada fosse trilhada com sua amásia, a preta forra Catarina de Jesus Mascarenhas, a qual encontramos em diversos momentos nas cartas de alforrias, em Pelotas, colaborando para a liberdade de parceiros de infortúnio para libertarem-se. É bem verdade que a ajuda oferecida por essa Mina a eles poderia vir acompanhada de algum interesse financeiro. Quiçá Catarina de Jesus Mascarenhas articulasse uma junta de alforria, como fizera Domingos Sodré na Bahia,¹⁴ ou seja, ganhava a vida a emprestar dinheiro a quem quisesse libertar-se, cobrando juros e moras pelo empréstimo feito aos escravos, sendo parceiros étnicos.

Assim sendo, através do trabalho na rua e pelas economias auferidas com a junta da alforria, os amásios conseguiram adquirir “uma morada de casas de portas e janelas, situadas na cidade do Rio Grande, na Rua do Fogo”, e uma “escrava de nome Lucrécia de nação Mina”.¹⁵

Ao que tudo indica, não descartamos a possibilidade do Mina Fabrício Teixeira de Magalhães ter se amasiado com uma parceira étnica. Não estamos enfatizando que isso era a regra de fato, poderiam ocorrer exceções a essa norma (MOREIRA, 2008). Ao obter a liberdade, o forro Fabrício carregou consigo o peso de ser um egresso da escravidão, e talvez sempre a desconfiança de poder ser um revoltoso, pois era um Mina. Recebera a liberdade quatro anos após o levante dos malês ocorrido na província baiana, sendo visto pela classe senhorial como um perigo a ser cautelosamente vigiado e controlado. Provavelmente comprara a liberdade com a ajuda coletiva dos parentes de nação aliado a sua agência. Mesmo estando alijado do poder, esse libertado alcançou a condição de um senhor de escravo com posses, modestas é verdade. Incorporou junto a seu nome o sobrenome de seu ex-senhor,¹⁶ uma medida preventiva talvez, para um

¹⁴ Conforme pontua Reis (2008: 205-206), as juntas de alforrias “eram organizadas segundo a filiação étnica, ou seja, cada nação africana – nagôs, haussás, jejes, congos, angolas, etc.- formava uma ou mais juntas, a depender do tamanho de cada nação representada na cidade” e tinha por objetivo amealhar recursos em espécie “dedicada a libertar africanos escravizados” e cada uma dessas instituições era regida por um chefe do grupo que inspirava “mais respeito e confiança”.

¹⁵ Inventário de Fabrício Teixeira de Magalhães. Ano de 1862, Número 536, Maço 35. Vara de Família, Sucessão e Provedoria. APERS.

¹⁶ Para Moreira (2003: 293-294), “a manutenção dos contatos dos libertos com seus ex-senhores, seja assumindo o sobrenome ou continuando a manter com os mesmos cordiais relações (que às vezes

sujeito que migrara para uma cidade vizinha do Rio Grande, teria de levar uma referência segura consigo além do comprovante de sua liberdade, o papel da alforria, para não ser penalizado como um escravo que andara nas ruas fora do horário permitido pelas posturas municipais. Ademais, mesmo sendo liberto essa vigilância o acompanharia até o seu último suspiro em vida, uma vez que a vida em liberdade era precária e cheia de sobressaltos.

Ao que parece, o Mina Fabrício Teixeira de Magalhães esteve sempre articulado com os seus parceiros étnicos ou companheiros de quando era cativo tanto em vida quanto no momento de seu falecimento (OLIVEIRA, 1996). Ele institui como herdeira universal de seus bens, a amásia Catarina de Jesus. No entanto, Fabrício queria ter uma boa morte, ou seja, que os seus parentes e amigos realizassem um funeral ao menos digno com direito a missas de sétimo dia e um caixão para que seu corpo descansasse em paz. Em seu inventário consta a feitura de uma dívida passiva com o preto forro Luís França Mascarenhas, advindas com os gastos de seu funeral. O débito contraído chegava ao valor de trinta e cinco mil réis.¹⁷

O preto forro Luís Mascarenhas emprestou a quantia para que sua alma fosse devidamente encomendada e que a missa de sétimo se realizasse em homenagem ao defunto. Conhecemos muito pouco sobre o forro Luis Mascarenhas. Encontramos esse preto forro, emprestando uma quantia em dinheiro para pagar a alforria do escravo Rufino, africano, 40 anos de idade, cangueiro, cativo de Jorge Cipriano Rodrigues Barcellos, preto forro, mina, em Rio Grande. A carta foi concedida mediante o pagamento de setecentos mil réis pela mão do preto forro Luis França Mascarenhas. O africano Rufino assinou um contrato com o mesmo forro em virtude do empréstimo do dinheiro para pagar a sua liberdade.¹⁸

Desconfiamos que tanto o preto forro Luis França Mascarenhas como a viúva preta forra Catarina de Jesus Mascarenhas, ganhavam a vida à testa de emprestar

correspondiam à execução de alguns serviços e a assumir em algumas ocasiões a posição de clientela), não significava que os pretos forros não estivessem sempre preocupados em não serem confundidos com escravos manifestando com suas ações tentativas de diferenciação da vida em cativo”.

¹⁷ Inventário de Fabrício Teixeira de Magalhães. Ano de 1862, Número 536, Maço 35. Vara de Família, Sucessão e Provedoria. APERS.

¹⁸ A carta foi concedida em 05/03/1873 e registrada em 05/03/1873. Livro 11, fl. 50v. APERS.

dinheiro para a compra da alforria de escravos, sendo do mesmo grupo de origem ou não. Aliás, não é apenas essa semelhança entre ambos, pois também portavam o mesmo sobrenome, Mascarenhas, sugerimos a possibilidade de serem ex-escravos do Doutor João Baptista Figueiredo Mascarenhas, senhor de escravos em Pelotas. Para nossa felicidade o nosso raciocínio estava correto. Perseguindo os rastros dos nomes de ambos os sujeitos na documentação, conforme salientaram Carlo Ginzburg e Poni (1989) e Fragoso (2002) rastreamos mais pistas sobre os mesmos. Catarina de Jesus Mascarenhas pertenceu ao senhor João Baptista Figueiredo Mascarenhas, era de nação mina, e obteve a manumissão pagando-a sob a “maior parte de seu valor” e em retribuição aos bons serviços prestados, em 1839, assim como o seu amásio.¹⁹ Já o forro Luis França Mascarenhas, foi alforriado em 1855, sendo um Mina, mas diferentemente de seus parceiros, alcançou a liberdade sob a condição de servir o senhor por mais dois anos de trabalho, “como engajado e vencendo o salário de oito patações”.²⁰

De volta à vida do Mina Fabrício Teixeira de Magalhães, percebemos que convivia com parentes da mesma nação. A dívida contraída com o Mina Luis França Mascarenhas levou a derrocada dos parques bens remediados de sua herdeira, a amásia Mina Catarina de Jesus Mascarenhas,²¹ visto que uma de suas posses, a escrava Lucrécia, de nação mina, foi levada a leilão para que o débito fosse quitado pelo testamenteiro do finado, o então Emílio Gentil de Figueiredo Mascarenhas.²²

Á guisa de conclusão, procuramos juntar os vestígios analisados em torno da figura do preto Mina Fabrício Teixeira de Magalhães, utilizando outros casos de indivíduos que supostamente passaram pela mesma experiência²³: foram cativos, obtiveram o papel de liberdade e tentaram sobreviver dentro da sociedade escravista de outrora como africanos, especialmente como egressos minas.

¹⁹ A carta foi concedida em 14/05/1839 e registrada em 17/05/1839. Livro 12, fl. 73v. APERS.

²⁰ A carta foi concedida em 20/06/1855 e registrada em 26/11/1858. Livro 05, fl. 46v. APERS.

²² Inventário de Fabrício Teixeira de Magalhães. Ano de 1862, Número 536, Maço 35. Vara de Família, Sucessão e Provedoria. APERS.

²³ Conforme nos esclarece Cerutti (1998: 174-183) a tentativa de seguir um personagem ou protagonista ajuda-nos a “a reconstituir grupos sociais a partir das relações que ligam os indivíduos” a uma multiplicidade de experiências vivenciadas em distintos lugares sociais. Ou seja, “a partir das possibilidades e das imposições que se podiam apresentar a eles ou influir sobre eles, mais o que a partir da posição que ocupavam formalmente na hierarquia social”.

Os africanos cujas trajetórias tentamos descrever nessas páginas, possivelmente libertaram-se pelo próprio trabalho de suas agências, aliado a isso, com a ajuda coletiva de seus parceiros étnicos ou familiares. Porém, ressaltamos que o papel de liberdade não estava disponível a todos os escravos, somente aos privilegiados. Conforme destaca o historiador Salles, a alforria “era sempre possível – para poucos é verdade” (SALLES, 2008: 275). Ou seja, havia a possibilidade de transitar do mundo da escravidão para o universo da liberdade, mas os que realizavam essa façanha faziam parte de um grupo seletivo, a minoria ainda mais como proprietários de posses escravas. Possivelmente, a liberdade permanecia como um fim remoto a ser conquistado por homens e mulheres escravizados.

Considerações

Verificamos que os principais agentes dos projetos de resgate de familiares da condição de cativos foram os parentes consanguíneos ou não. Era uma luta um tanto dura quanto amarga, pois investigamos casos em que essas mães escravas alcançavam a liberdade, pagando com seus serviços ou fornecendo uma quantia significativa a seus senhores, mas seus filhos continuam presos ao poder de seus antigos donos. Talvez essas mulheres então vivendo como libertas, convivessem com a separação física de seus filhos, porém, quando conseguiam o pecúlio com seu trabalho e, quem sabe, com ajuda de aliados, compravam a liberdade de suas crianças.

Mas ressaltamos que a realidade nem sempre era possível, visto que a alforria não era um recurso disponível a todos os escravos, sendo um privilégio de poucos. A conquista pela liberdade não era somente tramada pelos sujeitos ligados por laços de sangue, mas por aqueles que, talvez, reinventaram seus laços de parentesco quando inseridos em novas comunidades após a realização da travessia. Parentesco esse forjado e recriado dentro das senzalas, na rotina do trabalho, ligado por um passado em comum, por uma origem étnica semelhante, língua ou culto a uma divindade.

Salientamos que a grande maioria das alforrias foi comprada pelos escravos, no entanto, não foi possível descobrir em todos os casos a origem de como foram compradas. A hipótese que lançamos é que por trás desses esforços esteja à ação de

parentes e aliados, os quais através da ajuda financeira acionaram o mecanismo de solidariedade em prol da emancipação de um familiar ou “parente de nação”.

A formação de laços de familiares, consanguíneos ou não, pareceu-nos um projeto de luta e de resistência desses indivíduos escravizados. Acreditamos que a formação das famílias, legítimas ou não, dos laços constituídos pelo compadrio com os diferentes estratos sociais e os projetos de conseguir a carta de alforria eram, sem dúvida, experiências que aproximavam os escravos da experiência em liberdade. Por isso, a importância da família escrava durante o cativeiro, pois ao mesmo tempo em que ela proporcionava um alicerce para suportar as agruras vivenciadas no tempo da escravidão, por outro lado dava suporte para galgar espaços por autonomia e mobilidade social através da manumissão. Quiçá sem o auxílio de parceiros e parentes o projeto de liberdade ficasse mais distante ainda. Mesmo que os projetos familiares e de obtenção da liberdade fossem prerrogativas senhoriais, o esforço empreendido nesse trabalho foi de tentar captar as diferentes apropriações (sejam elas verticais ou horizontais) dos agentes envolvidos nas ações de tentarem *sobreviver* dentro ou fora do cativeiro.

Todavia essa questão nodal do entrelaçamento de projetos familiares e liberdade ainda carece de uma análise mais profícua. Ou seja, de problematizarmos as experiências de liberdade e parentesco, especialmente em uma conjuntura emancipacionista. Entender como se projetavam as ações dos familiares diante das medidas arquitetadas não só pelo Estado (Lei do Ventre Livre), mas também pela classe proprietária. Investigar e frisar como as mudanças sociais, econômicas e políticas influenciaram nas relações familiares de cativos e negros libertos no regime escravista, no município de Pelotas.

Referências Bibliográficas

FARIA, Sheila. *Sinhás pretas, damas mercadoras*: as pretas minas na cidade do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850). Tese (Titular) – Departamento de História da UFF, Niterói, 2004.

FRAGOSO, João. “Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica”. Revista *Topoi*, Rio de Janeiro, set. 2002, pp. 41-70. Disponível em: <http://www.ifcs.ufrj.br/ppghis>

FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GINZBURG, Carlo e POni. O nome e o como: troca desigual e o mercado historiográfico. In: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989.

GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de Quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GUEDES, Roberto. *Egressos do cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social (Porto Feliz, São Paulo, 1798-1850)*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os Cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano. Porto Alegre- 1858-1888*. Porto Alegre, EST Edições, 2003.

_____. *Lealdades compartilhadas: alforrias, etnicidades, e família na sociedade escravista meridional (Porto Alegre – 1748-1888)*. Revista História UNISINOS, 2007.

_____; PINTO, Natália Garcia. *Paixões, Excessos, moléstias: a morbidade dos trabalhadores escravos em Porto Alegre e Pelotas (1830/1850)*. XIX Simpósio de História e Imigração e Colonização. Migrações e Mobilidade Social. São Leopoldo, UNISINOS, 2010, pp.886-899.

_____; PINTO, Natália Garcia. O cadáver de um preto, que parecia ser crioulo: a morbidade dos trabalhadores escravos em Porto Alegre e Pelotas (1830/1850). São Leopoldo: *Revista de História UNISINOS*, 2011, pp.122-125.

OLIVEIRA, Maria Côrtes de. *Viver e morrer no meio dos seus: nações e comunidades africanas na Bahia do século XIX*. São Paulo: Revista da USP, 1996.

PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

_____. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do Século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 2009.

_____; GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *Rebelião Escrava no Brasil: a História do Levante dos Malês em 1835*. Edição Revista e Ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. *Domingos Sodré. Um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____, GOMES, Flávio dos Santos e CARVALHO, Marcus J. M. de. *O Alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no atlântico negro (1822-1853)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Getúlio Vargas, 1998.

SALLES, Ricardo. *E o vale era escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SCHERER, Jovani. *Experiências de busca da liberdade: alforria e comunidade africana em Rio Grande, Século XIX*. Dissertação de Mestrado. São Leopoldo: UNISINOS, 2008.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL